

CORREIO NACIONAL



Representantes reforçam poder da sabedoria ancestral

Quilombolas pedem maior participação na COP30

As comunidades afrodescendentes e quilombolas pedem mais espaço nos encontros sobre mudança do clima que antecedem a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em novembro, em Belém. A solicitação foi feita por meio de uma carta divulgada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. No documento, a entidade afirma que o silenciamento e a invisibilidade desse

grupo populacional são históricos e que, ao relegá-lo no contexto da conferência, o Estado brasileiro, o governo federal e a organização do evento deixam de valorizar sabedorias ancestrais e práticas sustentáveis. A Conaq defende que os afrodescendentes e os quilombolas sejam "reconhecidos no preâmbulo da convenção e nas plataformas de comunidades locais e povos indígenas, com direito real de voz e voto nos principais mecanismos e órgãos de decisão climática".

Novas rádios comunitárias

As inscrições para operação de novas rádios comunitárias prosseguem até a próxima sexta-feira, dia 21 de março.

O prazo para as fundações e associações interessadas foi prorrogado por uma semana pelo Ministério das Comunicações, porque o sistema de inscrição apresentou

problemas técnicos e instabilidade.

O edital prevê a instalação de rádios comunitárias em 795 municípios de 21 estados. Só em Minas Gerais são mais de 200 novas emissoras.

A medida faz parte do Plano Nacional de Outorgas, publicado no início de dezembro de 2023.

Máquinas e equipamentos

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou no dia 14, em São Paulo, da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo. O acordo tem como foco a NR-12, norma que

estabelece diretrizes para a prevenção de acidentes de trabalho relacionados ao uso inadequado de máquinas e equipamentos. O Acordo de Cooperação Técnica estabelece procedimentos que devem ser seguidos pela Justiça para evitar a penhora e o leilão de máquinas e equipamentos.

MCTI completa 40 anos

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação comemora, neste mês, 40 anos de atuação como protagonista no avanço científico e tecnológico do Brasil. Criado em 15 de março de 1985, no contexto da redemocratização, o MCTI tem sido essencial para o fortalecimento da pesquisa nacional,

o desenvolvimento sustentável e a inovação na indústria, contribuindo diretamente para enfrentar desafios nacionais e posicionar melhor o país no cenário global. Desde sua fundação, o ministério tem promovido políticas públicas estratégicas para o crescimento da ciência e tecnologia.

Propostas para o PAA

O prazo para as organizações familiares inscreverem propostas no Programa de Aquisição de Alimentos foi prorrogado para o fim de março. Com isso, os agricultores familiares terão até o próximo dia 31 para transmitir os projetos de Compra com Doação Simultânea para

a Companhia Nacional de Abastecimento. Essa prorrogação para o envio dos projetos visa ampliar as oportunidades das organizações da agricultura familiar para entrega da sua produção para atendimento da população em situação de insegurança alimentar.

Direitos das mulheres no mundo

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio da secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Symmy Larrat, participou da 69ª Sessão da Comissão sobre a Situação das Mulheres, na sede da ONU, em Nova Iorque. Durante a agenda, reafir-

mou o compromisso em fortalecer as organizações e as pessoas que defendem os direitos humanos. Em sua primeira agenda, realizada na terça, Symmy participou do evento "Construindo Mudanças Duradouras: Troca de Aprendizados com Líderes Políticas".

Mais Médicos: Saúde anuncia 2,2 mil novas vagas

Profissionais irão atender em áreas vulneráveis e de difícil acesso

O Ministério da Saúde anunciou nesta segunda-feira (17) novo edital para a contratação de 2.279 profissionais pelo Programa Mais Médicos. Segundo a pasta, as vagas serão disponibilizadas para 4.771 municípios.

Em entrevista à imprensa, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destacou que, com o preenchimento das novas vagas, o programa passará a contar com mais de 28 mil profissionais.

Os médicos atuam em equipes de Saúde da Família e, quando necessário, encaminham o paciente para um especialista.

"Aumenta muito a capacidade de resolver os problemas de saúde na atenção primária", avaliou Padilha.

"Evidências e estudos mostram que a presença desse médico reduziu o encaminhamento para a atenção especializada", completou.

Do total de municípios que vão receber médicos a partir do novo edital, que prioriza regiões de maior vulnerabilidade e áreas de difícil acesso, 1.296 cidades terão vagas imediatas e 3.475 poderão manifestar



As vagas serão disponibilizadas para 4.771 municípios

interesse e ter ampliação de profissionais.

A região da Amazônia Legal será contemplada com 473 vagas em 709 cidades.

Para aderir, gestores de estados e municípios devem se inscrever por meio do sistema e-Gestor até 24 de março, com resultado previsto para 8 de abril.

Estão previstas vagas profissionais negros, quilombolas,

indígenas e pessoas com deficiência.

Ainda segundo a pasta, o uso do prontuário eletrônico do Sistema Único de Saúde (SUS), conhecido como e-SUS APS, por profissionais do Mais Médicos deve auxiliar na redução do tempo de espera por atendimento médico especializado.

O documento é gratuito e, de acordo com o ministério, acelera a integração do acesso às

informações do paciente entre a atenção primária e a atenção especializada.

"É por meio desse prontuário que o profissional do Mais Médicos sabe se o paciente voltou à unidade para retorno da consulta, se as informações estão completas e se os exames estão em dia, ou seja, um canal rápido e eficiente, tanto para o paciente, como para o profissional."

Bolsa de R\$ 200 para estudantes

O Ministério da Educação (MEC) apoiará 108 cursinhos pré-vestibulares populares e comunitários sem fins lucrativos em 2025. A iniciativa faz Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), regulamentada pelo governo federal e que terá investimento inicial de R\$ 24,8 milhões para o ciclo 2025-2026. Os cursinhos serão selecionados por edital a ser publicado.

Neste programa, serão concedidas bolsas de R\$ 200 por mês a estudantes da rede pública para ajudar a permanecer nos estudos. Os recursos serão transferidos diretamente pelas instituições de ensino. O limite de tempo que o beneficiário poderá receber a bolsa é de nove meses.

Para os cursinhos populares, a rede fornecerá apoio financeiro de até R\$ 230 mil por turma (inclui o auxílio de R\$ 200 mensais para os estudantes), materiais didáticos gratuitos para a preparação dos alunos, formação e capacitação de professores e gestores.

Lançada em 10 de março, junto com o programa Partiu IF,



Bolsa ajudará 4 mil alunos da rede pública a se prepararem

a nova rede faz parte do Programa Diversidade na Universidade, com o objetivo de aumentar o ingresso de grupos de estudantes do ensino médio historicamente excluídos da educação profissional e do ensino superior, especialmente por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A estimativa do MEC é que sejam beneficiados 4.320 estudantes do Brasil até 2026. A seleção dos participantes será feita pelos cursinhos populares contemplados no programa, com

base nos critérios estabelecidos em futuro edital.

De acordo com o MEC, a iniciativa tem como público alvo os jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social. As vagas são destinadas a estudantes de escolas públicas, com renda familiar per capita de até um salário mínimo (R\$ 1.518, em 2025) e, também, indígenas, pessoas com deficiência (PCD), negros ou quilombolas.

Além do auxílio financeiro de R\$ 200 por mês, os partici-

pantes terão acesso a material didático gratuito de preparação para o Enem e outros vestibulares que selecionam candidatos ao ensino superior.

As bolsas serão pagas logo que os cursinhos populares forem contemplados no edital e os cursos começarem.

A Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP) apoiará, até 2027, 324 cursinhos populares no Brasil. Neste período, o investimento global na rede CPOP está estimado em R\$ 74,5 milhões para garantir suporte técnico e financeiro para a preparação de estudantes da rede pública que querem entrar em uma universidade.

Além de tentar ampliar o acesso ao ensino superior, a CPOP tem os objetivos de fortalecer cursinhos pré-vestibulares populares; retomar o interesse do jovem brasileiro pelo Enem; contribuir para a ocupação de vagas em cursos de graduação de instituições federais e elaborar orientações focadas no Enem para implementar ações nos cursinhos da rede.

STF

Marco Civil da Internet precisa ser revisto, diz Dino

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, defendeu nesta segunda-feira (17), que o Marco Civil da Internet precisa ser revisto pelo Congresso Nacional.

"Onze anos de tecnologia equivale a 300 anos da história da humanidade. Onze anos faz com que essa lei precise ser revista porque o volume e a velocidade de inovações tecnológicas hoje é muito maior do que há onze anos. Houve uma tentativa de mudar essa lei no Congresso e não deu certo. A lei não foi votada. Mas dois casos chegaram ao Supremo", disse o ministro a estudantes do Sesi de Caçapava (SP) no evento Papo Supremo.

STF

STF confirma decisão de suspender Rumble

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, por unanimidade, a suspensão do funcionamento da plataforma Rumble em todo o território nacional. A medida, determinada pelo ministro Alexandre de Moraes em fevereiro, foi mantida na análise da Petição (PET) 9935, na sessão virtual do colegiado finalizada em 14/3. O voto do relator foi acompanhado pela ministra Cármen Lúcia e pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Luiz Fux.

A plataforma foi suspensa após a empresa anunciar que não cumpriria ordens do STF e ter deixado de indicar um representante legal no Brasil.

TCU

Condições de teletrabalho da administração pública

O Tribunal de Contas da União (TCU) apreciou, sob a relatoria do ministro Jorge Oliveira, levantamento no qual foi realizada análise comparativa a fim de identificar e conhecer as principais normas de trabalho remoto da Administração Pública Federal, incluindo 23 órgãos. A auditoria do TCU constatou que praticamente todos os atos normativos preveem regras relacionadas a: deveres do servidor em trabalho remoto; procedimentos de autorização para adoção dessa modalidade de trabalho; ocorrências que ensejam o desligamento do trabalho remoto e retorno ao presencial; além das condições de atendimento ao público.

TCU

TCU avalia falta de vagas em creches nas cidades

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisa, na sessão plenária de quarta (19/3), auditoria que avaliou a efetividade das obras do Programa Proinfância e a gestão de acesso às creches pelos municípios brasileiros. O trabalho foi motivado pela demanda da sociedade por mais vagas em creches, especialmente para crianças em situação de vulnerabilidade.

A fiscalização identificou que, embora existam leis que determinam critérios de priorização para acesso às creches, cerca de 35% dos municípios que possuem fila de espera não adotam esses parâmetros. O relator do processo é o ministro Bruno Dantas.